

FILIADO À CUT  
E À FASUBRA



Porque você é o centro



## Só a mobilização da categoria pode obrigar o governo a nos ouvir

- . Sem luta, governo deita e rola sobre os trabalhadores.
- . Após insistência do Sindicato, Superintendência agenda reunião para 9/8.
- . Sinteps cobra explicações sobre declaração formal da Secretaria de Gestão Pública, que aponta ausência de parecer da superintendente às reivindicações como motivo para não retorno à nossa pauta.
- . Mudança desastrosa no vale transporte também será assunto da reunião.

Veja detalhes nas págs. 2 e 3

**Você é a favor  
de limitar a  
propriedade da  
terra no Brasil?**



Opine na pág. 12

**Vem aí o VI  
Congresso  
dos  
Trabalhadores  
do Centro**

Saiba como participar  
na pág. 9



**Justiça dá ganho de causa ao Sinteps  
e obriga Centro a implantar Medicina  
e Segurança do Trabalho**

Ação foi vitoriosa em primeira instância e Ceeteps  
ainda pode recorrer, como mostra matéria na página 10



**Estudo do Sinteps comprova: Reivindicações dos  
trabalhadores são legais, viáveis e justas**

Confira estudo elaborado pelo Sindicato e entregue  
ao governo - Págs. 5 a 7

**Proibido para menores: Cenas de submissão  
explícita na Assembleia Legislativa - Pág. 11**

**Entre na vida sindical: Seja um Diretor  
de Base do Sindicato - Pág. 8**

Tratamento tucano

## Sem luta, governo deita e rola sobre os trabalhadores do Centro. Só a mobilização da categoria pode mudar a situação

**Superintendência recusa-se a receber trabalhadores e agenda reunião somente para 9 de agosto. Sindicato cobra explicações sobre declaração formal da Secretaria de Gestão Pública, que aponta ausência de parecer da superintendente às reivindicações como motivo para não retorno à nossa pauta**

No dia 27 de julho, a direção do Sinteps (Diretoria Executiva, Diretoria Regional e Conselho de Diretores de Base/CDB) reuniu-se na sede da entidade para debater os rumos da campanha salarial deste ano. Os dirigentes fizeram contato pessoalmente com a Superintendência, cobrando a realização imediata de uma reunião, uma vez que o último ofício enviado (nº 051/10 – Sinteps, de 29/6/2010) não foi respondido até o momento.

Após muita insistência do Sindicato, uma representante da Superintendência informou que tanto a professora Laura Laganá, quanto seu vice, professor César Silva, estavam muito ocupados e não poderiam atender os trabalhadores. Em vez disso, abriam a possibilidade de realizar uma reunião no dia 9/8, às 17 horas, o que ficou agendado.

### Enrolação

O desenvolvimento da campanha salarial dos trabalhadores do Centro neste ano revela um desrespeito gigantesco com a categoria. Sem a pressão da mobilização, governo e Superintendência sentem-se à vontade para humilhar os trabalhadores. A Pauta de Reivindicações 2010 tramitou em várias secretarias e pela Superintendência. Em alguns momentos, o Sindicato elaborou explicações e justificativas... mas nada aconteceu.

A direção do Sinteps fez várias tentativas de negociar. A última vez que algumas das secretarias envolvidas no processo de negociação (Desenvolvimento, Gestão Pública e Planejamento) dignou-se a receber a entidade foi em 18 de maio. Os dirigentes do Sinteps foram atendidos pelo secretário da Gestão Pública, professor Marcos Monteiro, mas não houve nenhum retorno concreto.

Passado mais de um mês após aquela reunião, o Sinteps foi infor-



Uma das raras negociações diretas com o governo neste ano (foto), por meio da Secretaria de Desenvolvimento, ocorreu no dia 15/4 e não teve resultados concretos

mado que a nossa pauta havia sido analisada pela Unidade Central de Recursos Humanos (UCRH) da Secretaria da Gestão Pública. No dia 10/6, recebeu o seguinte comunicado da UCRH: "Dada a natureza da matéria, encaminhe-se preliminarmente à Unidade de Recursos Humanos - URH, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps, para exame e manifestação". Assina Ivani Maria Bassoti, Coordenadora da UCRH.

Ou seja, depois de quase quatro meses que entregamos nossa pauta de reivindicações (em 5 de março), recebemos a notícia de que tudo voltou à estaca zero. Desde o início, tanto a Superintendência do Ceeteps, quanto o governo, foram categóricos em dizer que a maior parte das nossas reivindicações teria que ser negociada diretamente com este último. E agora devolvem a pauta para o Ceeteps!

No ofício endereçado à Superintendência no dia 29 de junho, o Sinteps quer saber qual foi a manifestação da Unidade de Recursos Humanos do Ceeteps para a Unidade de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão. Essa será uma das cobranças que o Sindicato pretende fazer na reunião agendada com a Superintendência do Centro para 9 de agosto.

Será que a Superintendência do Ceeteps tem um temor tão grande do governo (do qual faz parte!), que não pode elaborar um documento explicando que os trabalhadores do Centro estão sem reajuste há anos, que o Plano de Carreira aprovado e instituído em 2008 não resolveu a situação da maioria etc etc? Isso é o mínimo que a Superintendência poderia fazer pela categoria.

## Expediente

.....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....

Falta de mobilização = falta de conquistas

## A construção de uma greve forte e combativa ainda é nosso farol



Ato público no início da data-base 2010, no dia 5 de março, na FATEC/SP

descaso e a arrogância do governo Serra/Goldman não poderiam ser maiores. Nossa data-base foi 1º de março e, até agora, sequer recebemos uma resposta formal às nossas reivindicações. A explicação é simples: nada pressiona o governo a prestar atenção nos trabalhadores do Centro.

A direção do Sinteps impulsionou a realização de assembleias setoriais em boa parte das unidades espalhadas no estado, conclamando os trabalhadores a entrarem em greve, mas a maior parte não concordou. Embora o descontentamento seja grande em toda a categoria, não houve disposição para o enfrentamento com o governo.

Mas é preciso mudar essa história. Nossa categoria já promoveu grandes mobilizações (inclusive, grandes greves) e alcançou muitas conquistas, não só salariais, mas também gerais (como a manutenção do vínculo entre Ceeteps e Unesp, que

tem segurado as investidas privatizantes dos tucanos). Converse sobre isso com seu colega de trabalho. Tradição de luta não nos falta!

### Arrocho continua em alta no Centro

A reivindicação salarial que apresentamos na data-base 2010 continua na ordem do dia. Os salários dos funcionários e professores do Centro Paula Souza ainda estão entre os mais baixos da educação.

O Sinteps continua cobrando um reajuste que reponha parte das enormes perdas que tivemos nos últimos anos. Na pauta que encaminhamos no início do ano ao governo e à Superintendência, reivindicamos uma reposição de 37,47.

### Estudo apresentado pelo Sindicato provou ao governo a viabilidade das reivindicações

A pedido da Secretaria da Gestão Pública, o Sinteps elaborou uma análise de cada um dos principais itens da nossa Pauta de Reivindicações 2010, apontando sua viabilidade, legalidade e justiça.

Confira nas páginas 5, 6 e 7



## Vale transporte foi único item a ter resposta. Superintendência transformou benefício em 'malefício'

*Se a situação não for regularizada, o Sindicato ingressará com ação judicial*

O item da nossa pauta de reivindicações 2010 que trata do vale transporte foi o único a ter retorno. No dia 4/5/2010, por meio da Portaria Ceeteps 250, publicada no Diário Oficial do Estado, a Superintendência do Centro informou que a instituição passaria a cumprir a legislação do vale transporte para os trabalhadores contratados pela CLT. Para os autárquicos, não houve mudanças, o que é bom, pois a legislação aplicada a estes trabalhadores é mais vantajosa que a da CLT.

A aplicação da norma sem qualquer negociação prévia com o Sindicato, no entanto, trouxe muitos problemas.

Parte dos trabalhadores ficou de fora do "benefício" e outros passaram a sofrer descontos maiores.

Este é um dos pontos que a direção do Sinteps quer acertar com a Superintendência na reunião marcada para o dia 9 de agosto. Se isso não for possível, o Sindicato pretende ajuizar ação na justiça, para que nenhum trabalhador seja prejudicado. Leia mais sobre esse assunto na página 6. Na Pauta de Reivindicações 2010, a reivindicação aparece da seguinte forma:

"O Ceeteps fornecerá vale transporte a todos os servidores docen-

tese não docentes, sem limite de vencimentos e correspondente à cobertura do deslocamento do trabalhador nos dias efetivamente trabalhados no mês, pelo menor ônus possível de ser praticado. Deve ainda fornecer o benefício para prestação de serviços em horário extraordinário aos sábados, domingos, feriados e dias compensados. O Ceeteps viabilizará procedimentos para o pagamento deste benefício em dinheiro, através de crédito em folha de pagamento, como fazem muitas secretarias de estado, ou em 'cartão magnético', a exemplo do que já acontece com o vale refeição, dando ao trabalhador o direito da opção por vale transporte ou vale combustível."

### Visita de Goldman ao Ceeteps

No dia 29 de julho, o governador Alberto Goldman esteve no Centro Paula Souza, em São Paulo, para entregar diplomas a alunos de cursos de qualificação profissional.

Dirigentes do Sinteps participaram do evento e entregaram, pessoalmente, cópia da Pauta de Reivindicações 2010 ao governador. Goldman comprometeu-se a "olhar com carinho" o documento, esquivando-se de respostas mais objetivas.

Campanha salarial 2010

Defesa do vínculo com a Unesp e democratização do Centro

## Lutas que continuam na ordem do dia

**A**lém da reposição das perdas salariais, nossas campanhas de data-base sempre trazem outras questões importantes para a categoria. Neste ano, colocamos em destaque duas delas: a defesa do vínculo Ceeteps/Unesp e a democratização do Centro.

Ambas continuam na ordem do dia e é preciso que os trabalhadores do Centro estejam antenados. No caso da ameaça de desvínculo, este é um assunto antigo, que o governo vive trazendo à tona. Os tucanos não veem a hora de separar formalmente o Ceeteps daquela Universidade, pois isso limparia a área para seus planos de privatizar ETEs e FATECs. A vinculação à Unesp existe desde 1976 e foi ela que garantiu que recebêssemos os mesmos reajustes pagos nas universidades até 1996, quando os tucanos chegaram ao poder em São Paulo e decidiram desrespeitar a lei. A manutenção do vínculo também tem sido importante para que alguns juízes deem ganho de causa às nossas ações de isonomia salarial com as universidades.

### Democratização do Centro

A campanha de democratização da estrutura de poder do Ceeteps deve esquentar nos próximos meses, em especial a partir do início de 2011. O Sindicato buscará contato com entidades estudantis para realizar debates, seminários e outros tipos de manifestações. Como se sabe, a "democracia" no Ceeteps é algo *sui generis*: Cabe aos seis membros do Conselho Deliberativo (CD) do Centro comporem duas listas tríplices, uma para superintendente e outra para vice-superintendente, e enviá-las ao reitor da Unesp, para que as referende. No final, o governador decide quem são os "vencedores".

A última "eleição" no Ceeteps aconteceu em 2008, quando foram reconduzidos aos cargos, respectivamente como superintendente e vice, os professores Laura



À esquerda, ato de estudantes e trabalhadores na FATEC/SP, em 5/3/2010. Na foto logo acima, manifestação na ETE Itatiba, em 6/4/2010

Laganá e César Silva. A próxima deve acontecer em 2012.

O Sinteps denunciou o processo e deu início a uma campanha por "Diretas, já!" no Centro. Ainda que não tenha sido possível reverter o quadro naquele mo-

mento, a entidade considera importante que os trabalhadores e estudantes do Centro construam uma mobilização para democratizar a instituição nos próximos anos. O mote é "Já vota para presidente! Quero votar para superintendente!"

Unificação da luta

## A greve nas universidades estaduais

Os servidores técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas ficaram em greve cerca de dois meses. O estopim para que a categoria, que tem data-base em 1º de maio, decidiu cruzar os braços foi a quebra da isonomia com a categoria docente. Rom-

pendo uma prática de mais de duas décadas, os reitores ofereceram reajustes diferenciados para servidores (6,57%) e docentes (cerca de 12%) na data-base 2010.

A greve foi bastante aguerrida, mas não conseguiu forçar os reitores a recuar. A mobilização trouxe algumas conquistas, diferenciadas entre as universidades. No caso da Unesp, a reitoria propôs elevar o piso salarial inicial do nível 9 para o nível 15, que corresponde a R\$ 1.210,00. Com isso, o objetivo é igualar o nível inicial da



Ato conjunto entre as três universidades e o Centro, no dia 11 de maio, em SP

Unesp ao da USP e da Unicamp. Serão beneficiados em torno de 1.000 servidores, com aplicação a partir de 1º de julho para ativos e inativos. Em agosto, será avaliado um projeto que visa a igualar os salários de todas as funções da Unesp aos salários da USP e da Unicamp.

Embora a proposta da reitoria esteja aquém do pleiteado pela categoria, é inegável que ela só foi possível por conta da forte greve dos servidores. Ou seja, quando os trabalhadores se mobilizam, é possível ter conquistas.

No Ceeteps, continuamos trabalhando sem qualquer reconhecimento do nosso esforço por parte da Superintendência. Fica aqui a amarga lição para a nossa categoria: sem mobilização, não tem luta. Sem luta, não tem conquista.

# SUPLEMENTO ESPECIAL - DATA-BASE 2010

## Estudo do Sinteps comprova: Reivindicações dos trabalhadores são legais, viáveis e justas

A pedido da Secretaria da Gestão Pública, o Sinteps elaborou um estudo aprofundado sobre as principais reivindicações da data-base 2010, com justificativas sociais e econômicas para cada uma delas. A análise, intitulada "**Considerações sobre as reivindicações dos trabalhadores do Ceeteps para a data-base 2010**", foi enviada no dia 18 de maio. O documento comprova que todas as reivindicações, do reajuste aos demais benefícios, são viáveis, legais e justas, e que demandam apenas vontade política do governo para serem atendidas. Nesta página e nas duas seguintes, você acompanha a íntegra do estudo:

### 1. Reajuste Salarial

A reivindicação é o reajuste dos salários vigentes em março de 2009, mediante aplicação de índice de reajuste salarial de 37,47%, linear e idêntico, para os trabalhadores do Ceeteps. O Dieese elaborou estudos referentes às perdas salariais dos trabalhadores do Ceeteps, de acordo com os índices inflacionários mais utilizados nas negociações salariais.

#### 1.1 Parcela fixa de R\$ 200,00

A reivindicação busca minimizar as perdas salariais dos trabalhadores do Ceeteps, em especial a dos servidores técnicos e administrativos, para os quais a carreira aprovada em 2008 não trouxe qualquer benefício.

O índice de reajuste reivindicado, 37,47%, é composto pelo índice acumulado do Cruesp no período de janeiro de 2007 a janeiro de 2010 (18,51%) e pela reivindicação do ano, 16%. Salientamos que o índice proposto pelo Cruesp na data-base de 2010 é 6,57%.

Segundo estudo do Dieese, os índices inflacionários do período janeiro de 2007 (início da gestão Serra/Goldman) a janeiro de 2010 (ano da reivindicação) são:

**IPC-FIPE - 16,39%**  
**ICV-DIEESE - 17,69%**  
**Cruesp - 18,51%**

A Secretaria de Desenvolvimento responde que o reajuste salarial é de competência do governo do estado, mediante manifestação conclusiva da Comissão de Política Salarial, após estudos técnicos e jurídicos dos órgãos competentes, sendo que informa que nosso pleito foi encaminhado à Secretaria de Gestão para manifestação formal.

O Dieese elaborou estudos sobre as perdas salariais da categoria, que apresentamos como subsídio para os estudos dos órgãos técnicos e jurídicos da Secretaria de Gestão.

Período: 1º de março de 2008 até 28 de fevereiro de 2010

Mês/ Ano	Salário Nominal		ICV/Dieese		Salário real	Perda mensal	INPC/IBGE		Salário real	Perda mensal
	Reajuste	Índice	Mensal	Índice			Mensal	Índice		
mar-08	0,00%	100,00	0,45%	100,45	99,55	-0,45%	0,51%	100,51	99,49	-0,51%
abr-08	0,00%	100,00	0,42%	100,87	99,13	-0,87%	0,64%	101,15	98,86	-1,14%
mai-08	0,00%	100,00	0,87%	101,75	98,28	-1,72%	0,96%	102,12	97,92	-2,08%
jun-08	0,00%	100,00	0,97%	102,74	97,33	-2,67%	0,91%	103,05	97,04	-2,96%
jul-08	0,00%	100,00	0,87%	103,63	96,50	-3,50%	0,58%	103,65	96,48	-3,52%
ago-08	0,00%	100,00	0,32%	100,00	96,19	-3,81%	0,21%	103,87	96,28	-3,72%
set-08	0,00%	100,00	0,14%	103,96	96,05	-3,95%	0,15%	104,02	96,13	-3,87%
out-08	0,00%	100,00	0,43%	104,11	95,65	-4,35%	0,50%	104,54	95,65	-4,35%
nov-08	0,00%	100,00	0,53%	105,11	95,14	-4,86%	0,38%	104,94	95,29	-4,71%
dez-08	0,00%	100,00	0,10%	105,21	95,05	-4,95%	0,29%	105,25	95,02	-4,98%
jan-09	0,00%	100,00	0,69%	105,93	94,40	-5,60%	0,64%	105,92	94,41	-5,96%
fev-09	0,00%	100,00	0,02%	105,95	94,38	-5,62%	0,31%	106,25	94,12	-5,88%
mar-09	0,00%	100,00	0,40%	106,38	94,00	-6,00%	0,20%	106,46	93,93	-6,07%
abr-09	0,00%	100,00	0,31%	106,71	93,71	-6,29%	0,55%	107,05	93,42	-6,58%
mai-09	0,00%	100,00	0,23%	106,96	93,49	-6,51%	0,60%	107,69	92,86	-7,14%
jun-09	0,00%	100,00	0,05%	107,02	93,44	-6,56%	0,42%	108,14	92,47	-7,53%
jul-09	0,00%	100,00	0,49%	107,54	92,99	-7,01%	0,23%	108,39	92,26	-7,74%
ago-09	0,00%	100,00	0,30%	107,87	92,71	-7,29%	0,08%	108,48	92,19	-7,81%
set-09	0,00%	100,00	0,27%	108,16	92,46	-7,54%	0,16%	108,65	92,04	-7,96%
out-09	0,00%	100,00	0,53%	108,73	91,97	-8,03%	0,24%	108,91	91,82	-8,18%
nov-09	0,00%	100,00	0,60%	109,38	91,42	-8,58%	0,37%	109,31	91,48	-8,52%
dez-09	0,00%	100,00	0,08%	109,47	91,35	-8,65%	0,24%	109,58	91,26	-8,74%
jan-10	0,00%	100,00	1,72%	111,35	89,81	-10,19%	0,88%	110,54	90,46	-9,54%
fev-10	0,00%	100,00	0,59%	112,01	89,28	-10,72%	0,70%	111,31	89,84	-10,16%
<b>Reajuste necessário em 1º/3/2010</b>			<b>12,01%</b>			<b>11,31%</b>				

Fonte: Dieese e Sinteps

Elaboração: Sinteps

Período: 1º de fevereiro de 2009 até 28 de fevereiro de 2010

Mês/ Ano	Salário Nominal		ICV/Dieese		Salário real	Perda mensal	INPC/IBGE		Salário real	Perda mensal
	Reajuste	Índice	Mensal	Índice			Mensal	Índice		
fev-09	0,00%	100,00	0,02%	100,02	99,98	-0,02%	0,31%	100,31	99,69	-0,31%
mar-09	0,00%	100,00	0,40%	100,42	99,58	-0,42%	0,20%	101,55	99,49	-0,51%
abr-09	0,00%	100,00	0,31%	100,74	99,27	-0,73%	0,55%	101,06	98,95	-1,05%
mai-09	0,00%	100,00	0,23%	100,97	99,04	-0,96%	0,60%	101,67	98,36	-1,64%
jun-09	0,00%	100,00	0,05%	101,03	98,99	-1,01%	0,42%	102,10	97,95	-2,05%
jul-09	0,00%	100,00	0,49%	101,52	98,50	-1,50%	0,23%	102,33	97,72	-2,28%
ago-09	0,00%	100,00	0,30%	101,83	98,21	-1,79%	0,08%	102,41	97,64	-2,36%
set-09	0,00%	100,00	0,27%	102,10	97,94	-2,06%	0,16%	102,58	97,49	-2,51%
out-09	0,00%	100,00	0,53%	102,64	97,43	-2,57%	0,24%	102,82	97,25	-2,75%
nov-09	0,00%	100,00	0,60%	103,26	96,84	-3,16%	0,37%	103,20	96,90	-3,10%
dez-09	0,00%	100,00	0,08%	103,34	96,77	-3,23%	0,24%	103,45	96,66	-3,34%
jan-10	0,00%	100,00	1,72%	105,11	95,13	-4,87%	0,88%	104,36	95,82	-4,18%
fev-10	0,00%	100,00	0,59%	105,74	94,57	-5,43%	0,70%	105,09	95,15	-4,85%
<b>Reajuste necessário em 1º/3/2010</b>			<b>5,74%</b>			<b>5,09%</b>				

Fonte: Dieese e Sinteps

Elaboração: Sinteps

# SUPLEMENTO ESPECIAL - DATA-BASE 2010

## 2. Vale transporte

A reivindicação é que O Ceeteps forneça vale-transporte a todos os servidores docentes e não docentes, sem limite de vencimentos e correspondente à cobertura do deslocamento do trabalhador nos dias efetivamente trabalhados no mês, pelo menor ônus possível de ser praticado, devendo ainda fornecer para prestação de serviços em horário extraordinário aos sábados, domingos, feriados e dias compensados. O Ceeteps viabilizará procedimentos para o pagamento deste benefício em dinheiro, através de crédito em folha de pagamento, como fazem muitas secretarias de estado, ou em "cartão magnético", a exemplo do que já acontece com o vale refeição, dando ao trabalhador o direito da opção por vale transporte ou vale combustível.

A Secretaria de Desenvolvimento manifestou-se

informando que o Ceeteps baixou portaria (nº 250, de 30 de abril de 2010) para concessão do benefício aos trabalhadores sob o regime jurídico da CLT, observadas as normas estabelecidas pela Lei Federal 7418/86, alteradas pela Lei Federal 7619/87 e Regulamentadas pelo Decreto 95.247/87, acrescentando que serão expedidas instruções pela URH do Ceeteps para que os trabalhadores pleiteiem o benefício.

Neste item, queremos alertar que, desde a criação do Ceeteps, em 1969, há trabalhadores sob o regime jurídico da CLT e, desde a instituição do benefício no âmbito da autarquia de regime especial, sempre foi regra o desconto de 6% do valor do vale como a contribuição do trabalhador para o recebimento do benefício. O que a portaria do Ceeteps estabelece é o desconto de 6% do valor do salário base

EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES – 40 HORAS SEMANAIS				
DENOMINAÇÃO	Ref	SALÁRIO	6% do vale	6% do salário
Agente de Segurança Interna	1	510,00	6,86	30,60
Agente de Transportes	4	670,00	6,86	40,20
Analista de Suporte e Sistemas	9	2.500,00	6,86	150,00 (mais que o valor da passagem)
Analista Técnico Administrativo	7	1.241,00	6,86	74,46
Analista Técnico Educacional	7	1.241,00	6,86	74,46
Auxiliar Administrativo	5	754,00	6,86	30,60
Auxiliar de Serviço Operacional	1	510,00	6,86	30,60
Espec. em Planejamento de Obras	10	2.600,00	6,86	156,00 (mais que o valor da passagem)
Espec. em Planejamento e Gestão	8	2.023,00	6,86	121,38 (mais que o valor da passagem)
Espec. em Planejamento Educacional	8	2.023,00	6,86	121,38 (mais que o valor da passagem)
Oficial de Serviço Operacional	3	621,00	6,86	37,26
Operador de Máquinas Agrícolas	2	576,00	6,86	34,56
Técnico Administrativo	6	816,00	6,86	48,96
Técnico Especializado	6	816,00	6,86	48,96

do trabalhador como sua contribuição para o recebimento do benefício.

Este substancial aumento no valor a ser cobrado dos trabalhadores fere o previsto no artigo 7º da Lei 7418/85 (que instituiu o Vale Transporte), que transcrevemos:

Artigo 7º - Ficam resguardados os direitos adquiridos do trabalhador, se superiores aos instituídos nesta

lei, vedada a acumulação de vantagens. (este artigo continua em vigor, sendo apenas renumerado por ocasião da Lei 7619/87).

A título de comparação, apresentamos acima a tabela de vencimentos dos trabalhadores do Ceeteps (empregos públicos permanentes, jornada de 40 horas semanais) e os valores de contribuição do trabalhador para o benefício do

Vale Transporte como é atualmente (6% do valor do vale) e como foi proposto pelo Ceeteps (6% do valor do salário). A base de cálculo foi sobre 44 vales a uma tarifa de R\$ 2,60.

Como se observa, ao invés de um benefício, o Vale Transporte, como proposto, sem respeitar o artigo 7º da Lei 7418/85, será um malefício para os trabalhadores do Ceeteps.

## 3. Vale alimentação

Preços médios na região metropolitana de São Paulo					
Região	A la carte	Comercial (PF)	Executivo	Self Service	Média Geral
Santo André	21,80	13,80	25,40	22,20	20,80
São Caetano do Sul	28,80	10,50	27,70	14,90	20,40
Osasco	13,80	12,30	13,70	15,40	13,80
Carapicuíba	15,30	13,70	23,30	16,90	17,30
Guarulhos	19,00	10,20	35,60	13,00	19,40
São Bernardo do Campo	24,70	9,60	30,70	13,40	19,60
Vila Maria, Santana, Vila Guiherme, Jaçana, Tucuruvi	18,00	13,30	29,30	15,70	19,10
Casa Verde, Limão, Mandaqui, Cachoeirinha	28,00	10,80	33,80	14,00	21,60
São Miguel, Itaim Paulista, Itaquera	19,00	8,30	29,40	13,80	17,60
Vila Prudente, Perha, Móoca, Carrão, Tatuapé	16,90	11,30	28,10	13,90	17,50
S. Cecília, República, Luz, Sé, Liberdade	20,40	10,30	27,40	16,40	18,60
Bela Vista, Consolação, Paulista, C. César	19,00	15,60	25,70	16,90	19,30
Pirituba, Lapa, Freguesia do Ó, Jaraguá	17,80	11,90	22,90	16,70	17,30
Perdizes, Pinheiros, Jaguaré, Butantã	23,40	12,10	25,20	18,20	19,70
Brooklin, Chácara S. Antônio, Santo. Amaro	19,80	11,90	29,60	16,50	19,40
Moema, Itaim Bibi, V. Olímpia	19,80	11,90	29,60	16,50	19,40
Saúde, Vila Mariana, Jabaquara, Ipiranga	18,60	12,40	28,10	15,90	18,80
Alphaville	24,00	13,40	26,70	20,30	21,10

Preços médios em cidades paulistas					
Cidade	A la carte	Comercial (PF)	Executivo	Self Service	Média Geral
São José dos Campos (centro)	14,00	9,60	30,50	13,20	16,80
Campinas (centro)	20,50	12,10	29,30	14,60	19,10
Ribeirão Preto (centro)	17,50	9,50	33,60	11,80	18,10
Santos (centro)	19,50	12,40	35,30	15,70	20,80

A reivindicação é que O Ceeteps forneça vale alimentação a todos os servidores docentes e não docentes, sem limite de vencimentos e correspondente à quantidade de dias efetivamente trabalhados no mês, no valor facial de R\$ 20,00, de fácil aceitação no comércio, em tempo hábil para sua utilização. Deve, ainda, fornecê-lo aos funcionários que prestarem serviços em horário extraordinário em jornada igual ou superior a quatro horas de trabalho aos sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

Nesta cláusula, estão envolvidas as questões de alimentação e refeição e, segundo estudo realizado pelo Dieese, os preços médios da alimentação do trabalhador são os das tabelas ao lado.

Vale ressaltar que o Ceeteps é uma autarquia de regime especial e, nesta condição jurídica, no estado de São Paulo, encontram-se as três universidades estaduais paulistas e a SPPrev. Sem exceção, estas outras autarquias de regime especial têm vale alimentação com valor facial igual ou superior a R\$ 15,00/dia, o que coloca o Ceeteps na condição de única autarquia de regime especial com vale alimentação com valor facial de R\$ 4,00/dia.

A justificativa da Secretaria de Desenvolvimento





faz menção à Lei Estadual 7.524/91, que instituiu o vale alimentação no âmbito da administração centralizada do estado. Cabe destacar que, muito embora a lei faça referência às autarquias, não menciona sua aplicabilidade às autarquias de regime especial, como é o caso do Ceeteps.

Ainda no sentido de justificar a reivindicação, destacamos que, além do vale alimentação, muitas outras categorias recebem uma cesta básica de alimentos, como é o caso dos professores de SP.

#### Cláusula nº 057 - Vigência: 01/03/2008 a 28/02/2010

Na vigência da presente Convenção, a ESCOLA está obrigada a conceder a seus PROFESSORES, a partir do mês de referência de março de 2008, uma cesta básica de alimentos *in natura* de, no mínimo, 24 kg. As ESCOLAS cujo número de alunos matriculados seja inferior a 100 poderão conceder uma cesta básica de alimentos *in natura* de, no mínimo, 12 kg. Esse benefício deverá ser entregue, mensalmente, até o dia de pagamento dos salários.



## 4. Atestados de profissionais de saúde

A reivindicação é que o Ceeteps mantenha, através das equipes de Segurança e Medicina do trabalho, os procedimentos previstos na NR 7, neles incluídos os procedimentos para fins de abono de faltas dos trabalhadores regidos pela CLT.

Leia matéria a respeito na página 10 desta edição.

## 5. Estabelecimento de política salarial

A reivindicação é o estabelecimento de uma política salarial específica para seus trabalhadores, sendo utilizada a que já está prevista no instrumento legal Resolução Unesp 63/92, com a justificativa de que a legislação sobre os vencimentos dos trabalhadores do Ceeteps, aprovada em 2008, lei 1.044/08, não prevê o estabelecimento de política salarial, muito embora a legislação estadual preveja a data-base do funcionalismo público estadual para o mês de março. Em razão de ser o Ceeteps uma autarquia de regime especial, fazendo parte da administração indireta do estado, é possível o estabelecimento de uma política salarial específica para seus trabalhadores. Reivindicamos que tal política salarial seja a que já está previsto no instrumento legal Resolução Unesp 63/92.

A Secretaria de Desenvolvimento manifesta-se que isso é de competência exclusiva do governo do estado de São Paulo, mediante manifestação conclusiva da CPS (que essa Secretaria compõe), após estudos técnicos e jurídicos dos órgãos competentes.

Elaboramos, com base em estudos técnicos e jurídicos da legislação do estado de São Paulo, algumas considerações sobre o Sistema Retributivo e a Política Salarial dos trabalhadores do Ceeteps.

O Ceeteps foi criado como autarquia pelo decreto lei de 06/10/69 para realizar, articular e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino médio e superior. Através da lei 952/76 – criação da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, o Ceeteps foi elevado à condição de autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp, decorrendo daí uma obrigatoriedade hierárquica, de respeito às determinações normativas.

Autarquia de regime especial: Aquela a que a lei instituidora conferir privilégios específicos e aumentar a sua autonomia comparativamente com as autarquias comuns. São autarquias de regime especial, entre outras: Banco Central do Brasil (Lei nº 4.559/64), Comissão Nacional de Energia Nuclear (Lei nº 4.118/62) e Universidade de São Paulo (Decreto-Lei nº 13.855/44).

Em 1983, o governador da época, José Maria Marin, editou decreto (nº 20.833) estabelecendo que “o Sistema de Administração de Pessoal de que trata a Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, será executado no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, através do órgão de Recursos Humanos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, observados os mesmos princípios fixados na mencionada Lei Complementar.” (o decreto encontra-se em vigor)

Até 1989, os reajustes salariais do pessoal docente e não docente das universidades estaduais paulistas e do Ceeteps eram definidos através de decreto do governador.

A partir da edição do decreto 29.598/89, que dispõe sobre providências visando à autonomia universitária, os reajustes salariais dos trabalhadores das universidades estaduais paulistas passaram a ser definidos pelo Cruesp.

A Unesp, a partir de 1989, passou a fixar os critérios de política salarial do seu pessoal, incluindo os docentes e auxiliares de magistério do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, através da resolução Unesp 26, de 3/3/89, alterada pelas resoluções Unesp 27/89; 32/89; 46/89; 57/89; 77/89; 87/89; 9/90; 31/90; 47/90; 63/90; 79/90; 60/91; 8/92 e 29/92. Numa pesquisa mais atenta, verificar-se-á que as alterações referem-se aos percentuais de reajuste concedidos pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

Com a inflação em alta e a constante revisão salarial, mês a mês a reitoria da Unesp publicava resoluções corrigindo os salários dos trabalhadores do Ceeteps. Isso ocorreu até novembro de 1992, quando a questão salarial dos trabalhadores do Ceeteps foi definida através da Resolução Unesp 63, que determinou a aplicação dos índices fixados pelo Cruesp, para os servidores enquadrados nas classes, série de dassetes dos Grupos Técnicos Especializados de Apoio ao Ensino e à Pesquisa, Apoio Administrativo e Apoio Operacional (inciso I do artigo 1º); para os servidores técnicos especializados da área de Informática (inciso II do artigo 1º) e para os valores hora-aula prestados pelo ADS – auxiliar docente e pelo DEM-A - Professor A (artigo 2º).

Não há qualquer ato normativo legal da Unesp suspendendo a aplicação dos índices do Cruesp aos salários dos servidores docentes e não docentes do Ceeteps. (A resolução 63/92 e alterações continuam em vigor)

Não há qualquer ato normativo legal do Cruesp suspendendo a aplicação dos índices do Cruesp aos salários dos servidores docentes e não docentes do Ceeteps.

O Ceeteps continua a ser uma autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp, nos termos da Lei 952/76, o que implica em submeter-se às regras e atos administrativos da Unesp, quando assim estiver determinado.

O Cruesp, nestes anos todos, continuou encaminhando ao Ceeteps os índices de reajuste por ele fixados. Em 2003, o ofício Cruesp 27/2003 foi muito enfático, pois, além de encaminhar o índice de reajuste, emitiu seu parecer, que transcrevemos: “com parecer favorável deste Conselho no sentido de que esse mesmo índice seja apli-

cado aos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza”.

Não há qualquer ato normativo legal do governo do estado de São Paulo suspendendo a aplicação dos índices do Cruesp aos servidores docentes e não docentes do Ceeteps, fato que, inclusive, já está debatido em tribunais, sendo o objeto de discussão e vitória em favor dos trabalhadores do Ceeteps em vários processos. Destacamos a resposta aos embargos declaratórios opostos pelo Ceeteps contra o Acórdão 55.656-1/2001, referente ao primeiro processo judicial interposto pelo Sinteps contra o Ceeteps em 1998.

#### Voto

Embargos Declaratórios regulares e tempestivos. Conheço.

Os Declaratórios, a pretexto de esclarecer ou completar o julgado, não têm por objetivo renovar a discussão, corrigir ou emendar os fundamentos da decisão. Também não cabem para elucidação ou exigir maior explicação do voto. O acórdão não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Acolho-os para prestar as seguintes elucidações: Transparece de forma cristalina e incontestada, a partir do cotejo dos documentos acostados aos autos, a nossa afirmação que a Reclamada foi transformada em autarquia estadual, associada à Unesp.

Conforme muito bem salientado na r.sentença a qua mantida in totum que: “O Ceeteps proporá sua reorganização, a ser definida nos Estatutos da Universidade”, no caso Unesp. At 15, § 3º da Lei 952/76 que criou a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Aplica-se, portanto, o Decreto Estadual nº 29.598/98. As Resoluções do Cruesp, também, serão utilizadas ao caso. Logo, diante de um entendimento “lógico, racional e jurídico” temos que estamos amparados em atos do Chefe do Executivo, do Cruesp e da Unesp. Tais entes públicos determinam e estabelecem os reajustes salariais das faculdades vinculadas a autarquias educacionais associadas, não se observando a citada afronta aos preceitos constitucionais elencados. (g.n)

**Anova carreira do pessoal docente e administrativo do Ceeteps, instituída pela Lei Complementar 1.044/08, não revoga a vinculação à Unesp, não revoga as Resoluções Universitárias afetas à matéria salarial e não estabelece nova Política Salarial a ser aplicada aos trabalhadores do Ceeteps.**

**Assim, reivindicamos a retomada da política salarial do Cruesp para os trabalhadores do Ceeteps.**

## Organização de base

## De 25 a 27 de agosto tem eleições complementares para o Conselho de Diretores de Base do Sindicato

 Conselho de Diretores de Base (CDB), uma das instâncias de direção e organização do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o nosso Sinteps, terá eleições no período de 25 a 27 de agosto de 2010. Conforme prevê o seu estatuto, a entidade realiza o processo eleitoral a cada seis meses para completar o quadro nas unidades em que ainda há vagas. O mandato termina no final de 2012.

O CDB atua em conjunto com a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. Tendo em vista a vasta distribuição geográfica do Centro, o Diretor de Base tem uma função muito importante na organização da categoria: repassar informações, preparar assembleias e reuniões, conversar com os colegas... enfim, trabalhar pela organização e mobilização da unidade, sempre tendo em vista os interesses da categoria.

Mensalmente, os Diretores de Base participam de uma reunião na sede do Sinteps, que delibera propostas para serem postas em prática pela Diretoria Colegiada.

Como fruto das lutas da categoria, os companheiros eleitos têm resguardados todos os seus direitos, como é o caso do efetivo exercício nos dias de reunião. Além disso, todas as despesas de locomoção e transporte são pagas pela entidade.

O número de Diretores de Base é proporcional ao de filiados da unidade.

### O que é preciso para se candidatar

Para ser candidato, o afiliado tem que contar, na data do registro da candidatura, no mínimo com três meses de filiação ao Sindicato, ter contrato por prazo indeterminado ou ter sido contratado mediante aprovação em concurso público. É preciso estar em dia com as mensalidades sindicais. O Diretor de Base é eleito pelos filiados da sua unidade.

Os interessados em se candidatar devem preencher a ficha de inscrição (que pode ser acessada no site do Sinteps, no link "Notícias"). Após preenchida, deve ser remetida à sede do Sindicato por fax, até o dia 13 de agosto.

### O calendário

- Divulgação das eleições: 27/7 a 13 de agosto.
- Inscrições: 9 a 13 de agosto.
- Deferimento das inscrições: 16/8
- Recursos: 17/8
- Homologação das inscrições: 20/8
- Campanha: 21 a 24/8
- Eleições: 25 a 27/8
- Divulgação dos resultados: 30/8

- Recursos: 31/8
- Homologação dos resultados: 3/9
- Posse: 16/9 (Reunião Ordinária do CDB)

### As unidades que devem realizar as eleições

Em [www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br), na seção "Notícias", veja a lista das unidades que têm direito a eleger representantes nestas eleições.

## Um grande aprendizado



Itamar e Adalberto, do CDB do Sindicato

Itamar Tadeu Moll e Adalberto Luiz de Oliveira têm muito em comum. Ambos trabalham no Centro há muito tempo e participam do Sinteps desde a constituição da entidade, em 1993. Assim que o Sindicato foi fundado, a partir da junção de algumas organizações já existentes (a Associação

dos Docentes das Escolas Técnicas do Ceeleps/Adeteps e a Associação dos Servidores do Ceeleps/ASPS), eles se filiaram e se elegeram Diretores de Base. Daquela primeira experiência, já se vão 17 anos. Desde então, nunca se afastaram do Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps.

O *Sinteps Jornal* conversou com os companheiros para saber qual saldo tiram desta experiência. Itamar, que é Auxiliar Técnico Operacional na FATEC/SP, funcionário do Centro desde 1980, não tem dúvida de que os frutos são muitos. "É gratificante pertencer ao Sindicato e ajudar a valorizar os trabalhadores, que vêm sendo tão atacados por esse governo", diz. "Além disso, sinto que amadureci pessoal e politicamente nestes anos. Sou

muito agradecido a todos os colegas que me apoiaram e continuam apoiando neste trabalho", acrescenta.

No Centro desde 1989, Adalberto iniciou sua atuação na ETE Getúlio Vargas e, no ano passado, transferiu-se para a ETE Horácio Augusto Silveira, ambas na capital. A eleição para o mandato atual como Diretor de Base já se deu na Horácio. Para ele, a atuação sindical abre horizontes culturais, políticos e pessoais. "O Diretor de Base é referência na unidade e pode cumprir um papel muito importante para a comunidade que representa", enfatiza. Adalberto faz questão de agradecer aos companheiros da GV que o incentivaram a entrar na luta. "Nunca me esquecerei da Nilza, Lúcia Helena, Edno, Jorge, Pala, Lúcia Miúra, Soráia, Rita, Augusta, Silvana e tantos outros", frisa. Ele também é grato à família e à comunidade do Horácio, inclusive sua nova direção, que o estimularam a seguir no trabalho sindical.

Itamar e Adalberto incentivam os funcionários e professores do Centro a participarem da vida sindical. "Através do Sindicato, é possível ajudar a melhorar as condições de vida da nossa comunidade", reforça Itamar. "É sempre importante ressaltar que as conquistas só são possíveis com a nossa participação e luta", conclui Adalberto.

Seja um Diretor de Base do Sinteps



Avançar na organização e fortalecer o Sindicato

## Participe das atividades preparatórias ao VI Congresso dos Trabalhadores do Centro

**Realização está prevista para os dias 12 a 16 de dezembro de 2010. Vamos debater a conjuntura política federal e estadual, a educação profissional e tecnológica no Brasil e em SP, os problemas da categoria e as lutas que virão**

De 12 a 16 de dezembro de 2010, na cidade de Nazaré Paulista, acontece o VI Congresso Ordinário dos Trabalhadores do Centro Paula Souza. O Congresso é a instância máxima do Sindicato e é de grande importância na organização da categoria. Além de discussões gerais sobre a conjuntura política e sindical, os caminhos e descaminhos da educação profissional e tecnológica, serão feitos balanços da atuação da entidade e traçados planos de luta para o período seguinte.

Os debates previstos serão subsidiados com palestras e exposições. Como pode ser visto a seguir, haverá temas gerais da situação política (por exemplo, a conjuntura política federal e estadual), da educação (quadro nacional e paulista), até questões mais específicas do Centro (como a expansão e o financiamento da educação profissional) e da categoria (avaliação da campanha salarial deste ano e plano de lutas para o próximo período). Quando o VI Congresso for realizado, já saberemos quem são os novos governantes em São Paulo e no Brasil, fator que certamente pesará nas nossas análises e debates.

É importante que os trabalhadores do Centro participem ativamente do processo de preparação do Congresso e, também, durante a sua realização. Nossa categoria vive um momento de preparação para novas lutas, ainda sob o impacto da ausência de mobilização neste primeiro semestre. Sem reajuste, amargando o enganador plano de carreira aprovado em 2008 e vendo uma sucessão de "inaugurações" de escolas técnicas e faculdades de tecnologia sem garantia de recursos, os trabalhadores do Centro têm muito o que fazer neste Congresso.

No Congresso, serão debatidas as teses e moções que forem apresentadas pelos filiados, individualmente ou em grupo, dentro do seguinte temário:  
I - Conjuntura internacional.  
II - Conjuntura nacional.  
III - A educação profissional e tecnológica no Brasil e no estado de São Paulo.  
IV - Financiamento da educação profis-

sional pública estadual.  
V - Reformulações estatutárias.  
VI - Plano de lutas.

### Como participar

Os delegados são filiados e leitos especialmente para representar os trabalhadores das diversas unidades do Ceeteps durante o Congresso. O número de delegados e leitos por unidade é proporcional à quantidade de filiados na base, na seguinte proporção:

- De 5 a 35 filiados na unidade: 1 delegado
- De 36 a 66 filiados na unidade: 2
- De 67 a 97 filiados na unidade: 3
- De 98 a 128 filiados na unidade: 4
- Acima de 128 filiados na unidade: 5

Se você deseja ser delegado, deve se inscrever até o dia 30 de setembro (a ficha de

inscrição pode ser obtida no site do Sindicato, [www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br)).

Para ser delegado, o trabalhador deve estar filiado ao Sindicato no mínimo há seis meses (na data do registro de sua inscrição), além de estar em dia com as obrigações sindicais. Após a eleição dos delegados, a exemplo do ocorrido nos congressos anteriores, a Diretoria Executiva do Sinteps enviará ofício à Superintendência do Centro, solicitando o efetivo exercício dos eleitos nos dias de realização do Congresso, de forma que não tenham prejuízos funcionais. Todas as informações adicionais (transporte, credenciamento e programação do evento) serão divulgadas em boletins e no site do Sinteps.

Se você não tem interesse em ser delegado ao Congresso, pode participar escrevendo uma tese ou moção sobre algum tema que pretenda ver defendido pelo Sindicato. Outra maneira de participar é votando nos delegados de sua unidade e discutindo com eles as teses, conforme aponta o calendário a seguir.

### Atenção para o calendário

- 27 de julho a 30 de setembro de 2010: Inscrições de delegados e observadores.
- 19 a 21 de outubro de 2010: Eleição dos delegados.
- Até 29 de outubro de 2010: Entrega das teses.
- Até 12 de novembro de 2010: Divulgação dos cadernos das teses.
- De 16 de novembro a 3 de dezembro de 2010: Discussões das teses nas unidades.
- De 12 a 16 de dezembro: VI Congresso.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2010

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo – Sinteps – com base nos artigos 23 e 44, alínea b, do Estatuto Social da Entidade, convoca o **VI Congresso Ordinário da Categoria**, com a seguinte programação:

**Local:** Hotel Estância Atibainha, cidade de Nazaré Paulista - SP

#### Calendário

- Inscrições dos delegados e observadores: De 27/07 a 30/09 de 2010.
- Eleição dos delegados: 19, 20 e 21 de outubro.
- Entrega das Teses: Até 29 de outubro.
- Divulgação dos Cadernos das Teses: Até 12 de novembro.
- Discussões das Teses nas unidades: De 16 de novembro a 03 de dezembro.
- Congresso: De 12 a 16 de dezembro.

#### Temas

- I - Conjuntura Internacional.
- II - Conjuntura Nacional.
- III - A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e no Estado de São Paulo.
- IV - Financiamento da Educação Profissional Pública Estadual.
- V - Reformulações Estatutárias.
- VI - Plano de Lutas.

São Paulo, 27 de julho de 2010.

**Neusa Santana Alves**  
(Presidente do SINTEPS - RG 13.371.827)

Organização de base

### Aniversário do Sinteps

No dia 13 de dezembro de 2010, o nosso Sindicato fará aniversário de 17 anos. Vamos comemorar a data durante o VI Congresso, com murais, exposição de fotos, jornais e outros materiais.



## Justiça dá ganho de causa ao Sinteps em ação que obriga o Centro a instituir Medicina e Segurança do Trabalho

**E**m sentença proferida no dia 22 de julho de 2010, o juiz Marcelo Donizeti Barbosa, da 3ª Vara do Trabalho de São Paulo, deu ganho de causa à ação ajuizada pelo Sinteps em 2008, pedindo que o Ceeteps seja obrigado a instituir o Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho. Este é, inclusive, um dos pontos da nossa Pauta de Reivindicações, que o Sinteps vem cobrando há anos. A sentença é de primeira instância e cabe recurso ao Centro, mas se trata de um avanço importante.

O Sindicato cobra do Ceeteps o cumprimento das regras previstas na Norma Regulamentadora (NR) nº 4, que obriga as empresas com mais de 500 empregados a ter sistema próprio de Medicina e Segurança do Trabalho. Com isso, estaria solucionado um problema crônico enfrentado pelos trabalhadores da instituição regidos pela CLT, que não conseguem validar os atestados emitidos por médicos particulares, da forma como é permitido aos estatutários. Dos celetistas, o Ceeteps só aceita atestados de saúde emitidos pelo SUS.

Se o Centro cumprisse a lei e mantivesse as equipes de Medicina e Segurança do Trabalho, os atestados médicos emitidos por particulares poderiam ser



validados pelo médico da própria instituição.

O que se espera, agora, é que o Ceeteps acate a sentença da justiça e não apresente recurso. Assim, não só estará cumprindo a lei, como fazendo justiça aos seus

trabalhadores.

### A sentença

Num dos trechos da sentença, o juiz diz o seguinte:

*“Não é razoável que uma instituição de ensino, ou melhor, uma instituição de educação tecnológica, não cumpra norma jurídica cuja finalidade seja a constituição de serviços internos de proteção à saúde e integridade de seus empregados. Com certeza, essa situação não se concilia racionalmente com os princípios educacionais propostos em seus estatutos. Por isso, nem há como desculpar o descumprimento de uma norma jurídica cuja essência seja a proteção da saúde dos trabalhadores. Nesse caso, não há suficiente argumento de natureza econômico-financeiro que justifique esse descaso.”*

A íntegra da sentença pode ser conferida no site do Sinteps ([www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br)), na seção de “Notícias”.



### Outras do Jurídico

O advogado do Sinteps, Jamil Hassan, informa que, além da descrita na matéria ao lado, são várias as ações públicas em benefício dos associados do Sindicato, visando direitos individuais homogêneos e coletivos da categoria.

Entre eles:



#### Adicional de Insalubridade

Se você recebe este benefício, fique de olho no holerite para saber se o cálculo está correto. Em alguns casos, o Centro continua calculando o valor do Adicional de Insalubridade com base no salário mínimo velho. Se isso estiver ocorrendo com você, entre em contato com o Departamento Jurídico do Sindicato imediatamente.

#### Aposentados

Para beneficiar os filiados aposentados, o Sinteps está ajuizando ações para integrar à aposentadoria o Adicional de Gratificação. Se você é aposentado, saiba que é um direito seu pleitear a integração do adicional de forma retroativa. Procure o Sindicato.

#### Consulta dos processos via Internet

Qualquer trabalhador pode consultar seus processos diretamente nos tribunais. Os sites são os seguintes:

. Ações cíveis: [www.tj.sp.gov.br](http://www.tj.sp.gov.br)

. Ações trabalhistas na região de São Paulo: [www.trtsp.jus.br](http://www.trtsp.jus.br)

. Ações trabalhistas na região de Campinas: [www.trt15.jus.br](http://www.trt15.jus.br)

Para as ações cíveis, é possível consultar com o nome da parte ou pelo número do processo. Nas ações trabalhistas, só é possível a consulta com o número do processo. Fique atualizado, pesquise, informe-se e exija seus direitos. Se tiver alguma dúvida, pergunte para o jurídico do Sindicato ([juridico@sinteps.org.br](mailto:juridico@sinteps.org.br)).



Os serviços em ação

## Tucanos ordenam e deputados estaduais rejeitam dotação específica para o Centro na LDO 2011

No dia 30 de junho, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou em plenário a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, contendo os percentuais do orçamento para cada setor (educação, saúde, habitação etc). Foi mantido o texto base enviado pelo governo, acrescentadas cerca de 700 emendas.

Votaram contra o projeto somente os deputados do PT e do PSOL, devido à rejeição da maior parte das emendas encaminhadas pelos respectivos partidos, também, pelos movimentos sindicais e populares.

Representantes do Sinteps estiveram em todas as 15 audiências públicas convocadas pela Alesp, em várias regiões do estado, com o objetivo de debater o projeto de LDO enviado pelo governo estadual e apresentar emendas. Além de denunciar o arrocho salarial, a terceirização e as más condições de trabalho nas Escolas Técnicas (ETEs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs) do Centro Paula Souza, com ênfase nas novas unidades, o Sinteps apresentou emendas que pleiteavam uma dotação orçamentária para o Centro, de 2,1% da arrecadação do ICMS.

O Fórum das Seis (que agrupa os sindicatos de funcionários e professores das universidades estaduais paulistas e o Sinteps)



À esquerda, dirigentes e militantes do Sinteps na audiência pública de SP, em 8/6. Abaixo, Salvador dos Santos Filho, diretor do Sindicato, fala durante audiência em Santos, no dia 13/5



também apresentou emendas semelhantes, reivindicando 33% das receitas totais do estado para a educação pública, aí incluídos 2,1% do ICMS para o Ceeteps e 11,6% do ICMS para Unesp, USP e Unicamp.

Nenhuma destas emendas foi acatada. Para as universidades, ficou tudo como está, ou seja, 9,57% do ICMS. Nada mudou para o Ceeteps também: nenhuma dotação orçamentária específica.

### Um novo momento na LO

No segundo semestre, começam as discussões sobre a Lei Orçamentária. É na LO que se transformam em valores todos os índices e diretrizes aprovados na LDO. Portanto, é na LO que serão fixados os valores destinados ao Ceeteps no ano que vem.

Assim como nos anos anteriores, o Fórum das Seis e o Sinteps apresentarão emendas para aprovar verbas adicionais para as universidades e destinar mais recursos para o Ceeteps.

### A dança das inaugurações

Embora rejeite a vinculação de verbas para o Centro Paula Souza, o governo tucano não tem o menor pudor de usar, exaustivamente, as ETEs e FATECs como moeda eleitoral. Nos últimos anos, as "inaugurações" de novas unidades foram e continuam sendo manchete constante na imprensa. A "expansão" ganhou fôlego a partir de

2002, na gestão do ex-governador e atual candidato tucano, Geraldo Alckmin, que ampliou o Centro de 100 (em 2002) para 167 unidades em 2007. Em 2010, já ao final do governo Serra/Goldman, as informações oficiais apontam a existência de 186 ETEs e 49 FATECs, em 148 municípios paulistas.

O Sinteps é defensor incondicional da expansão do ensino público, mas vem denunciando sistematicamente a fraude que significa o aumento de unidades e vagas da era tucana: recursos insuficientes, escolas inauguradas sem a infra-estrutura necessária, falta de pessoal, terceirização dos serviços etc etc.

Enquanto isso...

### Adivinhe qual é o eixo da campanha eleitoral de Serra?

Materia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 18/7, intitulada "Educação é principal alvo de promessas", mostra que os tucanos continuam buscando



nas escolas técnicas (ETEs) e faculdades de tecnologia (FATECs) do Centro Paula Souza seu grande trunfo eleitoral. O texto apresenta as propostas dos três principais candidatos à presidência da República na área da educação.

O tucano José Serra, afastado do posto de governador paulista para concorrer ao Planalto, centrou seu discurso no ensino profissionalizante. Ele promete le-

var ao país o modelo de escolas técnicas que adotou em São Paulo e criar um milhão de vagas neste tipo de ensino, além

de oferecer bolsas para cursos profissionalizantes.

Se Serra pretende conferir ao funcionalismo federal o mesmo tratamento que dá aos funcionários paulistas, em especial aos funcionários e professores das ETEs e FATECs, é bom que o país se prepare. Vêm aí anos e anos de arrocho salarial, descasocamento dos trabalhadores, cortes de verbas nos serviços públicos e outras pérolas da gestão tucana.

CHAT DO  
SINTEPS

Converse com a  
diretoria todas  
as quartas,  
das 12 às 13h

(www.sinteps.org.br)



# Plebiscito Popular propõe limite da propriedade da terra no Brasil

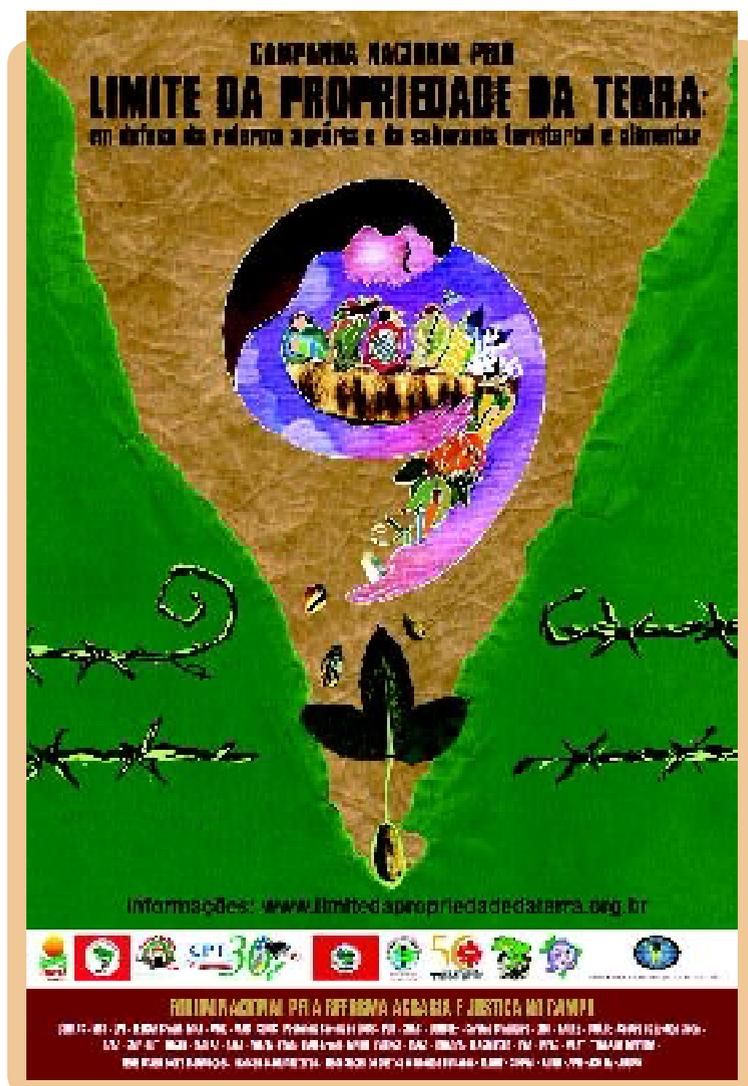
**E**m setembro, o Brasil será chamado a se posicionar sobre uma proposta importante: o limite da propriedade da terra no Brasil. Trata-se do Plebiscito Popular 2010, articulado pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), que engloba dezenas de entidades sindicais e populares ligadas à luta pela reforma agrária ou que a apóiam. A consulta será feita em todo o país, entre os dias 1º e 7 de setembro, durante a Semana da Pátria, junto com o Grito dos Excluídos.

A exemplo do que ocorreu em anos anteriores, o Plebiscito Popular consulta a população sobre temas relevantes e encaminha os resulta-

dos ao Congresso Nacional, na forma de emendas populares. Neste ano, a sociedade brasileira terá a oportunidade de dizer se é a favor ou contra a concentração de terras no país, ou seja, se concorda ou não com o latifúndio. Os locais das umas serão amplamente divulgados pelas entidades organizadoras antes dos dias de votação.

Outra possibilidade de participação é através de um abaixo-assinado, que já está circulando em todo país e que continuará após o Plebiscito. O objetivo da

coleta de assinaturas é entrar com um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso Nacional, para que seja inserido um novo inciso no artigo 186 da Constituição Federal, que se re-



O cartaz elaborado pelas entidades organizadoras da campanha

rar as condições de vida no campo e na cidade?

## Latifúndio rima com fome e miséria

No Brasil, existem propriedades rurais com extensão maior do que a de muitos países europeus. Em geral, são parcial ou totalmente improdutivas, usadas para especulação. Enquanto isso, milhões de camponeses sem-terra lutam por um pedaço de chão para plantar e viver.

O Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trouxe um revelador retrato desta injustiça:

- 46.911 propriedades têm mais de 1.000 hectares e ocupam uma área de 146.553.218 hectares.

- 4.448.648 propriedades têm menos do que 100 hectares e ocupam uma área de 70.691.698 hectares.

Ou seja, 84,4% dos estabelecimentos rurais ocupam 24,3% das terras, enquanto 15,6% detêm 75,7% das terras. O Censo do IBGE também mostra que cerca de 75% dos trabalhadores rurais (por volta de 12 milhões de pessoas) estão nas pequenas propriedades, enquanto somente 15,6% (perto de quatro milhões) estão nas grandes.

O Censo comprovou, ainda, que a maior parte do alimento que chega à mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades, enquanto a produção da agroindústria (dos latifúndios) vai quase toda para a exportação.

## Nos anos anteriores

O Plebiscito Popular 2010 não é o primeiro realizado no Brasil. Em 2006, por exemplo, o tema abordado foi a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Mais de 10 milhões de pessoas votaram contra a entrega da empresa ao capital privado.

tere ao cumprimento da função social da propriedade rural.

Para saber mais detalhes da campanha e imprimir cópias do abaixo-assinado, basta entrar no *site* da campanha, em <http://www.limitedaterra.org.br>.

## As perguntas

As perguntas que estarão na cédula de votação durante o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra são as seguintes:

- 1 - Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?
- 2 - Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melho-

